



TRIBUNAL DE CONTAS

TCE elegerá presidência após fim de revezamento

Eleição ocorrerá após projeto aprovado em regime de urgência que acaba com o rodízio por antiguidade no cargo

Após alteração relâmpago da Lei Orgânica do Tribunal de

Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM), a revelia do atual presidente, Érico Desterro, a Corte realizará, nesta terça-feira, a eleição para a presidência, vice-presidência, corregedoria, ouvidoria e direção da Escola Pública de Contas.

No dia 26 de setembro, o governador Wilson Lima (União) sancionou um projeto de lei complementar aprovado três dias antes, em regime de urgência, pela Assembleia Legislativa do Amazonas (ALE-AM) que altera a escolha dos dirigentes do TCE-AM. A proposta foi enviada pela presidente interina do tribunal, Yara Lins, durante viagem de Desterro a Portugal, onde participou do 7º Seminário de Direito e Controle.

Um dos dispositivos extintos na Lei Orgânica do TCE-AM é a exigência da ordem de antiguidade para o rodízio na presidência. "O conselheiro poderá ser eleito presidente após todos os demais membros titulares do colegiado, pela ordem de antiguidade, terem exercido o mandato depois de sua posse", previa o trecho suprimido pela proposta, que também foi assinada pelos conselheiros mais recentes da TCE-AM, Josué Neto e Luis Fabian. O projeto de lei



Projeto que alterou a Lei Orgânica do TCE foi enviado à ALE sem o conhecimento do atual presidente da corte, Érico Desterro

contou ainda com a assinatura do conselheiro Júlio Pinheiro.

POSTULANTES

Ex-presidente da ALE-AM, Josué Neto foi empossado como conse-

lheiro no dia 17 de março de 2021. Foi escolhido pelos deputados estaduais em vaga da casa legislativa, contrariando a época orientação do governador Wilson Lima. Herdou a vaga ocupada pe-

lo pai, o ex-conselheiro e ex-deputado estadual Josué filho. No dia 5 de abril do ano seguinte, Luis Fabian, que havia sido titular da Seduc, passou a integrar o tribunal, indicado pelo governa-

dor, com a aposentadoria do ex-conselheiro e ex-deputado federal por Roralma Júlio Cabral, filho do senador Bernardo Cabral.

DATA ANTECIPADA

Outro trecho modificado diz respeito à data da eleição. Antes, o pleito ocorria na segunda quinzena do mês de novembro. Agora foi antecipado para a primeira semana do mês de outubro. O projeto também põs fim à condução do ex-presidente do tribunal para um mandato bienal de coordenador-geral da Escola de Contas. Esse cargo seria ocupado por Érico Desterro. "Estou fora do Brasil e esse assunto não foi previamente discutido comigo", disse Desterro no dia 22 de setembro ao ser questionado por A CRÍTICA a respeito do projeto de lei complementar.

O posto de coordenador da Escola de Contas Públicas será escolhido por meio do voto dos conselheiros junto com os demais postos de direção. Na mensagem encaminhada à ALE-AM, Yara Lins disse que a iniciativa visa "corrigir pequenas distorções" e "bem como a criação de dinâmica mais célere e com sequência mais transparente ao procedimento de eleição dos membros responsáveis pela direção do tribunal".

EX-GOVERNADORES

Pensão ainda é paga em 15 estados

Ao menos 15 estados brasileiros concedem atualmente pensão a ex-governadores e suas viúvas, segundo levantamento da Folha com governos estaduais.

Há valores que chegam a R\$ 37,6 mil. Entre os beneficiados está o ex-presidente José Sarney (MDB), que já foi governador pelo Maranhão e acumula mais duas pensões.

Além dos R\$ 37,6 mil que recebe como ex-governador, Sarney acumula outras duas aposentadorias: recebe R\$ 35,8 mil do Senado e mais R\$ 15,4 mil como servidor aposentado do Tribunal de Justiça do Maranhão. O valor chega a R\$ 88,8 mil, mais do que o dobro da remuneração dos ministros do STF.

O pagamento de aposentadorias a ex-governadores e viúvas contraria decisão do STF, mas o mesmo órgão restabeleceu pagamentos aos que entraram com um pedido de reclamação em alguns casos, como no Paraná.

Quatro estados (Minas Gerais, Bahia, Piauí e Rondônia) concediam o benefício, mas a Justiça cancelou ou suspendeu o pagamento. Não pagam pensão a ex-governadores e suas esposas São Paulo, Distrito Federal, Goiás, Tocantins, Pará, Amapá e Roraima.

No Amazonas, apesar de ter sido cassado em 2017, o ex-governador José Melo (Pros) recebe pensão de R\$ 34 mil. Os senadores Omar Aziz (PSD) e Eduardo Braga (MDB), por exercerem mandato, não recebem o benefício. Duas viúvas também recebem pensão de R\$ 35,4 mil.

Texto da Folha de S. Paulo